

## CCJ fixa prazo para indicação de membros de CPIs

Dispositivo aprovado dá prazo de cinco dias ao presidente do Senado para indicar os nomes, caso os líderes partidários não o façam. Simon comemorou.

Páginas 5 e 8

## Programa de esporte pode beneficiar 1 milhão de crianças

Ministro pede à Comissão de Educação recursos para construção de mil quadras.

Página 4

## Sarney diz que PMDB não pode deixar de apoiar o presidente

Senador lembra que a inclusão social é também a bandeira do seu partido.

Página 6

## Senadores vão fiscalizar Operação Pororoca

Comissão de Fiscalização e Controle aprova subcomissão para acompanhar investigações.

Página 4

## Subcomissão da Saúde aprova indenização aos mata-mosquitos

Relatório de Mão Santa repara danos provocados por inseticidas em agentes de saúde.

Página 4

# Gastos dos governos devem ser divulgados

Plenário aprova, por unanimidade, projeto de João Capiberibe que obriga governos a divulgar na Internet, em tempo real, a execução orçamentária

Moreira Mariz



**AGENDA** Depois de destrancar a pauta, rejeitando medida provisória, os senadores aprovaram ontem quatro propostas e agendaram reunião extraordinária do Plenário para hoje

O Senado aprovou ontem quatro matérias, depois de destrancar a pauta. A primeira proposta acolhida estabelece a data de 31 de outubro de 2006 como limite para a adequação da indústria à lei que a obriga a instalar em cada aparelho de TV um dispositivo bloqueador de programação inadequada. Foram votados ainda projeto – que vai ao exame dos deputados – dando mais transparência aos gastos públicos, ao determinar a divulgação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, estados e municípios; a criação da Hemobrás, empresa que será responsável pelo fornecimento de produtos hemoderivados; e a criação de um colégio militar em Boa Vista e em Rio Branco.

## Na pauta de hoje, incentivo à pesquisa e reforma da Justiça

O Plenário realiza hoje, a partir das 10h, reunião extraordinária para votar o projeto que concede incentivos à inovação tecnológica e à pesquisa científica nas empresas. Também deve ser iniciada a votação dos 165 destaques à reforma do Judiciário.

Página 3

## Colegiado debate reativação de Parlamento Amazônico com representantes estrangeiros

Página 4

Ideli: medida que dá *status* de ministro a presidente do BC tem jurisprudência firmada no Supremo

Página 7

## Concentração dos veículos de mídia no Brasil preocupa Jucá

Um alerta para a crescente concentração dos meios de comunicação foi feito, em discurso no Plenário, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), ao analisar relatório de reunião a respeito do tema realizado pelo Conselho de Comunicação Social.

Citando números apresentados ao conselho pelo professor Venício Artur de Lima, o senador observou que 78% das verbas para publicidade televisiva em 2002 foram para a Rede Globo.

Romero Jucá mencionou ainda a Rede Brasil Sul (RBS) como exemplo de proprietária de veículos de várias modalidades de comunicação, como jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão.

– É preciso lembrar que a concentração pode condicionar as informações a uma única versão, quando não travestida e manipulada, subordinada a interesses diversos da obrigação de transmitir à sociedade aquilo que realmente ocorre em seu seio – disse Jucá.



**PERIGO** Romero Jucá adverte para o risco de a informação no país se subordinar a uma única versão

# Papaléo cobra esforço por ensino de qualidade

■ Senador afirma que melhoria da educação básica é fundamental para a superação das desigualdades sociais

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que o Brasil precisa investir mais tempo, esforço e dinheiro no aumento da qualidade da educação básica, que considera um dos pilares da cidadania. O senador afirmou que uma educação pública de qualidade significa um passo decisivo na superação das desigualdades sociais.

Ele recomendou que o Con-



**DETERMINAÇÃO** Papaléo Paes propõe que o Congresso Nacional discuta em profundidade o assunto

gresso discuta com profundidade o assunto, que, a seu ver, constitui instrumento para reduzir a pobreza no país. De acordo com o parlamentar, se o

acesso ao ensino fundamental já foi universalizado, é necessário agora aprimorá-lo "e isso não será tarefa fácil, até porque, de cada 100 alunos que iniciam o ensino fundamental, apenas 51 concluem a 8ª série".

Papaléo disse que o Brasil já passou da fase das reformas educacionais de primeira geração, em que tudo consistia na necessidade de se aumentar o número de escolas, professores, equipamentos e mais dinheiro.

– Com efeito, a universalização do ensino fundamental, desafio que atravessou todos os séculos de nossa história, é hoje um dado da realidade.



**CONSTATAÇÃO** Valmir Amaral lamenta os baixos salários pagos à categoria dos funcionários

## Valmir Amaral homenageia os servidores públicos

Ao homenagear os servidores públicos pela passagem, em 28 de outubro, do seu dia, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse que a maioria dos funcionários ganha baixos salários e não recebe o devido reconhecimento pelas tarefas exercidas, além de ser alvo de críticas por setores da sociedade.

Apesar de o país atravessar uma conjuntura econômica das mais delicadas, segundo o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado que a valorização do servidor público é importante para o bom desempenho do governo.

Ano passado, por exemplo, com o propósito de acertar o relacionamento entre o governo federal e o seu corpo de trabalhadores e conduzir melhor as políticas de pessoal, o presidente da República colocou em funcionamento uma ouvidoria, disse o senador. Houve também aumento de gratificações em setores específicos e oferta de cursos para qualificação profissional, acrescentou.

Valmir Amaral acredita que o Brasil precisa de instituições flexíveis, de níveis científicos e tecnológicos avançados e de produção de bens e serviços de qualidade. Para isso, sugeriu, é preciso que haja aceleração do processo de reorganização das instituições públicas e conquistas nos campos da competitividade, da eficiência e do conhecimento.

– Só assim seremos capazes de construir um Estado eficiente e com autonomia para responder às mudanças que estão alterando o funcionamento da vida social" – frisou o parlamentar, que defendeu mais investimentos em ações de treinamento dos servidores.

## Agenda

### Na pauta, destaques à reforma do Judiciário

Os destaques apresentados à reforma do Judiciário (PEC 29/00) estão na pauta da sessão plenária de hoje, que tem início às 10h. O texto básico da reforma foi aprovado em primeiro turno no mês de julho. Entre as inovações da proposta destaca-se o dispositivo que estabelece controle externo do Judiciário.



### Comissão vota indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa hoje, às 10h, indicações para embaixadas. O representante brasileiro na África do Sul, Lúcio Pires de Amorim, acumulará a função com o cargo na República de Maurício; junto ao governo da Austrália, Frederico Cezar de Araújo chefiará conjuntamente a representação do Brasil em Papua Nova Guiné; e o que atua no Quênia, Antonio José Rezende de Castro, acumulará a embaixada em Uganda.

### Na CAS, seguro-desemprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, às 11h, emenda apresentada ao projeto que aumenta o tempo do seguro-desemprego (PLS 54/02), além de proposta que cria o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo (PLS 347/03).

### Denúncias de irregularidades

Às 10h, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para analisar denúncias sobre irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal Emlur, de João Pessoa.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**UNANIMIDADE** Os 59 senadores presentes à sessão de ontem acolheram projeto que inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal a obrigação de o setor público mostrar na Internet suas despesas e receitas

## Gastos podem ter divulgação mais rigorosa

■ Senado aprova por unanimidade obrigação de expor execução orçamentária na Internet

Projeto que obriga a divulgação em tempo real, pela Internet, de todas as informações sobre a execução orçamentária, extra-orçamentária e financeira nos três níveis da administração pública (federal, estadual e municipal) foi aprovado ontem pelo Plenário por todos os 59 senadores presentes à sessão. O projeto (PLS 130/03) de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP) acrescenta a exigência à Lei de Responsabilidade

Fiscal (Lei 101/04), e inclui qualquer tipo de despesa, receita, licitação, notas de empenho e movimentação financeira, com os respectivos números de processo, nomes das empresas ou pessoas beneficiárias ou pagadoras. A matéria será encaminhada ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposição também obriga a instalação, em cada unidade gestora, de pelo menos dois terminais de computador liberados para consulta pública. O não cumprimento da exigência, de acordo com o projeto, constituiria ato de improbidade administrativa, que seria acrescido

do bloqueio dos repasses dos fundos de participação, no caso dos estados, municípios e Distrito Federal. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), destaca em seu parecer favorável a modernização que a proposta representa para a administração pública.

**O sistema impede o uso inadequado de recursos, afirma Capiberibe, autor da proposição**

Capiberibe disse que aplicou o sistema em sua gestão como governador do Amapá e classificou a medida como uma “republicanização” do Orçamento.

– O sistema impede qualquer possibilidade de malversação de recursos – disse Capiberibe. Os senadores Heloísa Helena

(PSOL-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Magno Malta (PL-ES), Marcelo Crivella (PL-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Tião Viana (PT-AC) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram Capiberibe, registrando que a aprovação unânime do projeto representava uma homenagem a ele, que estaria sendo perseguido por causa de seu combate à corrupção no Amapá quando governador. Capiberibe também recebeu apoio de Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), José Agripino (PFL-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

### Sessão extra deve votar incentivo a novas tecnologias

A votação de projeto de lei da Câmara que concede incentivos à inovação tecnológica e à pesquisa científica nas empresas está agendada para as 10h de hoje em reunião extraordinária. Os senadores também devem começar a votação dos 165 destaques apresentados à reforma do Judiciário, cujo texto básico já foi votado em primeiro turno.

O projeto (PLC 49/04) da inovação tecnológica constava da pauta de ontem, mas a pedido do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), teve a votação adiada, para melhor avaliação dos senadores.

### Criação da Hemobrás depende do Executivo

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 58/04) que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).

A empresa pública destina-se a garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) o fornecimento de produtos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia. Boa parte deles atualmente é importada.

A Hemobrás ficará sediada em Brasília e poderá ter sua unidade fabril instalada em Pernambuco. Essa sugestão foi defendida pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (PFL-RN), mas será motivo de discussão posterior, uma vez que o projeto vai agora à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta permite que a Hemobrás produza hemoderivados a partir do fracionamento do plasma (porção líquida do sangue humano) obtido no Brasil. Sua produção não vai ser comercializada. Tião Viana (PT-AC) foi o relator da matéria.

### Novo prazo para bloqueio de programa de TV vai à Câmara

Alteração na data-limite para que a indústria fabricante de televisores instale em cada aparelho dispositivo bloqueador da recepção de programação inadequada foi aprovada ontem pelo Plenário. Agora, o prazo passa a ser 31 de outubro de 2006, em vez de 30 de novembro deste ano. A adoção do texto, elaborado pelo senador Tião Viana (PT-AC), foi resultado de acordo entre os líderes, que resultou na rejeição de medida provisória (MP) alterada na Câmara dos Deputados. A MP estabelecia a mesma data do projeto aprovado, mas trazia outros dispositivos, que preocuparam os senadores, principalmente de oposição.

Segundo Heráclito Fortes (PFL-PI), artigos incluídos pelos deputados na medida provisória, que tratavam da classificação por faixa etária dos programas de televisão e do conteúdo da programação, poderiam significar até mesmo censura prévia dos programas.

– A matéria é delicada porque diz respeito ao interesse da sociedade e das

emissoras. Apesar da isenção e da preocupação com o equilíbrio demonstradas pelo governo, o texto deixa algumas dúvidas – argumentou Tião Viana, que, como relator da medida provisória, apresentou a solução para o impasse.

A MP rejeitada perderia validade no próximo dia 14 de novembro. Assim, ficaria valendo a lei anterior que definia a data final como 30 de novembro. Portanto, para que o acordo surta o efeito desejado pelos senadores, isto é, dar mais prazo para que a indústria atenda à exigência, é preciso que o projeto seja aprovado até o fim do mês na Câmara dos Deputados.

Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou que a implementação da TV digital no Brasil, que deve ser efetivada nos próximos anos, é que vai definir a tecnologia adequada para dispositivo dessa natureza. Durante os debates, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que foi o relator da primeira lei a impor a obrigatoriedade, disse que a preocupação dos parlamentares foi a defesa dos valores da família brasileira.

### Acre e Roraima: senadores pedem colégio militar

Foi aprovado em Plenário ontem autorização (PLS 211/02) para que Poder Executivo possa criar um colégio militar em Boa Vista, capital de Roraima. A matéria, proposta pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), recebeu parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC), que apresentou emenda estendendo a autorização ao Acre, abrindo a possibilidade de instalação de um colégio militar na capital Rio Branco. Augusto Botelho (PDT-RR) também se manifestou a favor da modificação proposta por Tião Viana. O projeto será agora encaminhado à Câmara dos Deputados.

## Operação Pororoca será fiscalizada por senadores

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC) para criação de uma subcomissão temporária destinada a acompanhar as investigações realizadas pela Polícia Federal (PF) na chamada Operação Pororoca. Trata-se de investigação deflagrada pela PF que resultou na prisão de acusados de participar de uma rede de fraudes

em licitações no Amapá e em outros estados.

Pelo menos 17 obras teriam sido fraudadas desde 2002, em um valor total de R\$ 103 milhões e, segundo o requerimento, os desvios se estenderam pelos estados de Minas Gerais, Pará e também Distrito Federal. As fraudes aconteciam por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), que direcionava a execução das obras para empresas que faziam parte do esquema.



**INVESTIGAÇÃO** Uma das autoras do requerimento, Ana Júlia, ao lado de Aelton Freitas, explica que pelo menos 17 obras foram fraudadas desde 2002

## Subcomissão da Saúde apóia mata-mosquitos

Agentes de saúde que foram intoxicados no combate a epidemias em virtude da aplicação de inseticidas poderão ser indenizados na forma da lei, cabendo ao Ministério Público da União (MPU), Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tomar as providências civis, penais e administrativas como forma de reparar os danos causados.

É o que solicita o relatório do

senador Mão Santa (PMDB-PI) aprovado ontem pela Subcomissão Temporária da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No documento, o senador constatou que por falta de treinamento, de equipamentos e roupas adequadas milhares de agentes foram intoxicados, e que muitos deles faleceram ou se tornaram incapacitados para o trabalho devido aos problemas provocados pelos inseticidas.



**AMADORISMO** No relatório, Mão Santa constata que intoxicação ocorreu por falta de equipamentos, treinamento e roupas adequadas



**AFINAÇÃO** Osmar Dias elogia a iniciativa do ministro Agnelo Queiroz (E) de pedir ajuda à comissão para implantar etapa do programa Segundo Tempo

## Esporte deve atender 1 milhão de crianças

**Ministro Agnelo Queiroz pede recursos à CE para construção de mil quadras poliesportivas no país**

Um milhão de crianças poderão praticar esportes na própria escola a partir de 2005, no turno oposto ao de suas aulas. Esse seria o resultado da implantação de nova etapa do programa Segundo Tempo. Para que isso se torne realidade, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, solicitou ontem à Comissão de Educação (CE) que apresente uma emenda de comissão ao projeto de Orçamento de 2005, com dotação de R\$ 150 milhões. Os recursos seriam

suficientes para a construção de mil quadras poliesportivas.

– Esse seria o primeiro passo para que, dentro de dez anos, todas as escolas públicas possam contar com equipamentos esportivos – disse Agnelo.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), elogiou o programa e afirmou que as emendas serão sistematizadas pelo relator, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que a iniciativa do ministro representava uma “boa metodologia” para a discussão do Orçamento. Por sua vez, o senador Magno Malta (PL-ES) ressaltou os bons resultados obtidos até o momento pelo programa Segundo Tempo.

## Audiência discute Parlamento Amazônico

A Subcomissão Permanente da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizou audiência pública ontem com a presença de parlamentares da Bolívia, Equador, Venezuela e Peru. Na pauta, a reativação do Parlamento Amazônico.

O presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), considerou a reunião um passo importante para o fortalecimento da entidade.

Para o senador Marco Maciel

(PFL-PE), a integração da região passa por um maior empenho dos Legislativos. Sibá Machado (PT-AC) defendeu uma solidariedade mais intensa entre as populações.

Presentes à reunião seis representantes do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico: Geraldo Saavedra, do Peru; Ana Lucia Rey, da Bolívia; Rolo Sanmartín Inígrez, do Equador; além dos representantes da Venezuela Luis Arana Cedeno, Victor Leon e Idelfonso Sosa de Mendez.

## Colegiado vai examinar reforma trabalhista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para que seja criada, no âmbito do colegiado, subcomissão temporária para discutir e apresentar propostas à reforma trabalhista e sindical. A subcomissão também se destinará à discussão do pleno emprego.

O senador argumentou que as reformas trabalhista e sindical serão os grandes temas a serem analisados no país já no início do próximo ano e que as lideranças do setor não podem ser excluídas desse debate.

### Reforma eleitoral

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apoiou a iniciativa de Alvaro Dias, mas também solicitou empenho do presidente da Comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), para que seja instalada uma outra subcomissão no âmbito da CCJ para discutir a reforma eleitoral. Segundo ele, se o debate não ocorrer em 2005, a legislação não poderá ser alterada para as eleições de 2006.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou a idéia, ressaltando preocupação quanto a alterações sobre o direito de resposta dos candidatos. Edison Lobão assegurou que fará o possível para contemplar a sugestão do líder do governo.

## Autorizadas contratações para TRT de São Paulo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto (PLC 90/03) que cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que abrange parte do estado de São Paulo. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) foi a relatora da proposição, que seguiu para o Plenário em regime de urgência para votação.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou em retirar voto em separado contrário à matéria. Ele explicou que foi firmado acordo com o governo federal por ter sido evidenciada, segundo informou, situação de “real necessidade” de contratação de pessoal.

## Inovação tecnológica vai à deliberação do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara que estabelece normas de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. O projeto será agora submetido ao Plenário. Na terça-feira, a matéria havia sido aprovada pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), lido por Aloizio Mercadante (PT-SP), afirma que a proposição prevê medidas para assegurar capacitação e autonomia tecnológica ao desenvolvimento industrial do país.

Jucá observa que a maior parte do projeto proposto pelo Executivo é destinada a regulamentar a Instituição Científica Tecnológica (ICT), definida no texto, conforme explica, como o órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional a execução de atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

Ainda segundo Jucá, o projeto permite que União, estados e municípios estimulem alianças estratégicas, envolvendo empresas nacionais e as ICTs, para desenvolvimento de projetos que gerem produtos e processos inovadores.

## Aprovadas normas para ação militar em áreas de fronteiras

Relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), favorável a projeto de lei do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que disciplina a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação ambiental e áreas de fronteiras, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria agora vai para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, posteriormente, será submetida ao Plenário.

Mercadante explicou, em resposta a Jefferson Péres (PDT-AM), que os parques nacionais e outras áreas de preservação estão fora do projeto porque não podem ter atividade econômica.

Tiã Viana (PT-AC) propôs que fosse colocado dispositivo determinando a regulamentação do projeto pelo Executivo,



**ALCANCE** Tião Viana sugere regulamentação da proposta pelo Executivo, para evitar dúvidas

para tirar qualquer dúvida sobre o seu alcance. A sugestão foi apoiada por Sibá Machado (PT-AC), mas o próprio relator e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) discordaram dessa proposta. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou-se a favor do relatório de Mercadante. Os senadores Tião Viana e Sibá Machado se abstiveram de votar a matéria.

## Emenda altera restrições a financiamentos do BNDES

Restrições para a concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas jurídicas controladas por residentes no exterior poderão ser votadas pelo Plenário, para onde seguiu emenda substitutiva com esse objetivo, acatada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão aprovou parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a emenda de Aloizio Mercadante

(PT-SP), incluindo alterações em projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

A emenda acrescentou a possibilidade de concessão de empréstimos pelo BNDES, inclusive no valor total do gasto a ser realizado pela empresa, para a importação de produtos produzidos no país. A matéria estava no Plenário, depois de ter sido votada pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas voltou à CCJ para exame da emenda.



**DECISÃO** Projeto de resolução aprovado ontem pelos senadores da CCJ vai agora ao exame da Comissão Diretora

## Indicação de membro de CPI pode ter nova regra

■ Projeto aprovado na CCJ permite ao presidente do Senado designar representante se líder não o fizer

O Regimento do Senado poderá ser modificado para conter dispositivo fixando prazo para indicação de integrantes de comissões temporárias, incluindo comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Projeto acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que os líderes partidários terão o prazo de cinco dias para indicar seus representantes nessas comissões. Caso isso não ocorra, a tarefa caberá ao presidente da Casa, que deverá fazê-lo de ofício, dentro de

cinco dias úteis.

Os integrantes da CCJ aprovaram o texto substitutivo apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) ao projeto de resolução do Senado (PRS 37/99), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS). Isso foi feito com a concordância de Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria. O projeto seguiu para exame da Comissão Diretora.

Duas alterações diferenciam a proposta de Crivella do projeto original de Simon. Ele explicita que a nova norma deve-se aplicar, além das comissões temporárias, também às situações relacionadas às CPIs, e fixa o prazo de cinco dias úteis para que o presidente do Senado indique os integrantes das comissões, depois da recusa dos líderes.

Jefferson afirmou em seu

relatório que o objetivo da proposição é “evitar manobras protelatórias” que, em sua avaliação, acabam por tornar sem efeito decisões tomadas por expressivo quórum de senadores. Como exemplo disso, citou o episódio de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

Segundo lembrou, entendeu-se naquele caso que o presidente do Senado não poderia designar os representantes da comissão, em substituição à indicação dos partidos. Para Jefferson, poderiam ter sido aplicados por analogia dispositivos do Regimento Comum (do Congresso) e do Regimento da Câmara, que permitem, como exemplificou, a indicação pelo presidente da Casa, se os líderes dos partidos não o fizerem.

## Avança PEC que regulariza municípios

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu mais um passo para regularizar a situação dos 53 municípios criados até o final de 2000 e que enfrentam dificuldades legais pela falta de regras de transição após a Emenda Constitucional 15, de 1996, que impediu a proliferação de novas cidades.

Pelo parecer do senador Ro-

dolpho Tourinho (PFL-BA), que apresentou substitutivo à proposta de emenda constitucional (PEC 12/04) do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a emenda não se aplicará “aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000”, desde que já tenham realizado pleitos eleitorais. A emenda

exigiu, por exemplo, que sejam feitos e divulgados estudos de viabilidade municipal, além de consulta prévia às populações locais e lei estadual promulgada.

Um acordo em torno de proposta de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) definiu que serão reconhecidos os municípios em que já tenham ocorrido pelo menos duas eleições.

## Relator apóia proposta sobre demarcação

A proposta de emenda à Constituição (PEC 38/99) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que inclui a aprovação do processo de demarcação de terras indígenas entre as prerrogativas do Senado obteve parecer favorável do senador Leomar Quintanilha

(PMDB-TO) no reexame feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O reexame foi solicitado pelos líderes partidários da Casa em requerimento aprovado em Plenário no dia 25 de junho do ano passado.

O relatório de Quintanilha,

lido ontem por Marcelo Crivella (PL-RJ), propôs quatro emendas, entre elas a que estabelece que as terras indígenas e as destinadas às unidades de conservação não poderão ultrapassar, conjuntamente, 50% da superfície de cada unidade da Federação.

# PMDB deve manter apoio a Lula, diz Sarney

■ Presidente do Senado se manifestou após resolução do partido de realizar convenção para decidir o assunto

“Já que o PMDB apoiou todos os presidentes, não pode deixar de apoiar o presidente Lula”, afirmou ontem José Sarney, algumas horas depois da reunião em que o partido resolveu realizar uma convenção nacional no dia 12 de dezembro para decidir sobre o apoio ao governo. Antes, serão realizadas convenções estaduais.

Sarney argumentou que o presidente da República é um operário, que ganhou a eleição para fazer um governo de inclusão social, o que está fazendo.

– Esta é uma bandeira do PMDB e nós não podemos deixar de apoiar um presidente que está sintonizado com nossas bandeiras. Lula está fazendo um governo bom, voltado para as causas sociais. O governo está dando tranqüilidade para o país – opinou ele.

O presidente do Senado também disse não acreditar que seu partido venha a sair do governo. Mas afirmou ter estranhado, na reunião de ontem, a decisão de realizar conven-

ções estaduais, sem que esse assunto estivesse na pauta de convocação do encontro.

– Este item não estava no edital, pelo menos quando me convocaram. Também acho que uma decisão dessa envergadura não pode ser tomada assim, no prazo de 20 dias.

## Característica

Indagado sobre se o partido está rachado, Sarney afirmou que o PMDB sempre foi assim.

– Isso é a democracia interna do partido, que no próprio estatuto assegura o direito de divergência e a existência de grupos de opinião. Eu acho que hoje o que ocorreu, realmente, foi uma luta entre grupos de uma só corrente: a que quer tentar ver se o PMDB sai do governo. Eu acho que, na convenção do dia 12, teremos a opinião de todos os estados brasileiros.

Para Sarney, a proposta de desligamento do partido do governo não sinaliza a antecipação do início da corrida presidencial para 2006.

– O PMDB não tem nenhum candidato para colocar na disputa em 2006. Eu acho que aqui existem dois grupos. Um que deseja que o partido continue apoiando o governo e outro que deseja que o partido vá para a oposição e apóie o PSDB – avaliou José Sarney.



REIVINDICAÇÃO Em companhia de senadores, representantes de sindicatos são recebidos por José Sarney

## Dirigentes se mobilizam para manter a contribuição sindical

Acompanhados dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Paulo Paim (PT-RS), e do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, sindicalistas foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram a aprovação de projeto destinado a anular a Portaria 160/04, do ministro do Trabalho, que acaba com a contribuição sindical. Os representantes sindicais deixaram a reunião otimistas.

Agripino resumiu essa confiança dizendo que os sindicalistas conseguiram sensibilizar a maioria dos partidos políticos.

– Houve a feliz coincidência de o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Edison Lobão, firmar o compromisso de colocar esse projeto na pauta da próxima quarta-feira. Ele vai entregar a relatoria ao senador José Jorge, que é

homem de profunda sensibilidade e que fará um relatório racional, lógico, democrático e patriótico – disse Agripino.

## Compromisso

Ainda de acordo com Agripino, José Sarney atrasou sua ida ao Plenário para receber os sindicalistas e se comprometeu a, uma vez aprovado o projeto na Comissão de Justiça, colocá-lo com prioridade na pauta do Plenário do Senado, para que a matéria seja votada antes do recesso parlamentar.

– O que vale dizer que a chance de manter-se a contribuição sindical está na mão – acrescentou Agripino.

Autor do projeto que cancela os efeitos da portaria, Paulo Paim se manifestou ainda mais otimista que Agripino. Ele disse esperar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva, ao perceber a vontade de 100% do movimento sindical brasileiro de ver a

portaria extinta, a revogará por conta própria, antes mesmo da votação no Congresso Nacional.

– É inadmissível que o movimento sindical, que tem uma história de luta muito bonita, que orgulha a todo nosso povo, de um momento para outro perca toda sua estrutura. Por que, sem as contribuições devidas, como é que os sindicatos vão fazer a política sindical? – perguntou o parlamentar.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, também expressou sua confiança, dizendo que os sindicalistas receberam o apoio “de praticamente a unanimidade” do Congresso, desde os senadores até o presidente do Senado.

– Estamos confiantes de que ou o governo retirará a medida, ou nós vamos derrotá-la aqui no Congresso – afirmou o sindicalista.



REALIZAÇÃO Sarney, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ministros Palocci e Tarso Genro, participa de solenidade no Palácio do Planalto

## Governo lança programa para incentivar a leitura

O presidente do Senado, José Sarney, participou, na tarde de ontem, de solenidade promovida pelo Palácio do Planalto para o lançamento do Programa Nacional do Livro e da Leitura.

Participaram do ato o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros da Educação, Tarso Genro, da Fazenda, Antonio Palocci, e da Cultura, Gilberto Gil.

## Mantega busca solução para o Orçamento

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, foi recebido no início da noite de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediu que seja prorrogada a validade do regimento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Sem a prorrogação do regimento, Mantega antevê o risco de convocação extraordinária do Congresso no fim do ano. O prazo de validade da Resolução 01/01, que regulamentava os trabalhos da comissão, venceu no dia 30 de agosto. Há duas resoluções sobre o assunto

pendentes de votação.

– Isso pode nos levar a uma convocação extraordinária, já que, se o Orçamento não for votado até o fim do ano, nós vamos ter que chamar os parlamentares para que eles continuem votando, porque não podemos começar o ano sem o Orçamento de 2005. Seria um prejuízo grande para o país.

Mantega explicou que o Congresso está atrasado na tramitação da peça orçamentária e na reformulação do Plano Plurianual. É preciso que a Comissão de Orçamento tenha um regi-

mento. Como já é novembro e é difícil elaborar um novo regimento agora, a solução que ele propõe é a prorrogação da validade do anterior.

O ministro disse que o presidente Sarney é favorável a que se adote essa solução, porém o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, ainda resiste à idéia.

Do gabinete de Sarney, Guido Mantega seguiu para a Presidência da Câmara, na tentativa de “convencer João Paulo Cunha a concordar com a medida”.



**INTERPRETAÇÃO** Medida tem jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, afirma Ideli

## Ideli questiona parecer contra MP que muda *status* de presidente do BC

Parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, decidindo pela inconstitucionalidade da Medida Provisória 207/04, que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central, foi questionado em Plenário pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Segundo a senadora, a MP tem jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF), que já aprovou a constitucionalidade de medida do mesmo teor durante o governo Fernando Henrique Cardoso, bene-

ficiando o então advogado-geral da União e hoje ministro do STF, Gilmar Mendes.

– O Plenário do STF já havia aprovado em 2000, por nove votos a dois, a constitucionalidade da MP que concedeu o foro de ministro ao advogado-geral da União, Gilmar Mendes – enfatizou a senadora, ressaltando sua estranheza com a designação de Gilmar Mendes para a relatoria da ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo PFL. A matéria ainda não foi julgada pelo

Plenário do STF.

O discurso da senadora recebeu apertes de protesto dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Jorge (PFL-PE). Heráclito disse que Ideli estava colocando sob suspeita o ministro Gilmar Mendes e pediu respeito ao seu partido. José Jorge, por sua vez, sustentou que a mesma jurisprudência aplicada ao advogado-geral da União não pode ser aplicada a um presidente do Banco Central.

A MP 207/04 foi editada em 13

de agosto. Na época, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou requerimento para que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fosse ouvido pelos senadores sobre denúncias de envio de dinheiro ao exterior por meio das contas CC-5. A denúncia foi amplamente divulgada pela imprensa. Com a edição da MP, o caso passou para a competência do Supremo Tribunal Federal, que é o foro legal para as audiências com ministros de Estado.

## Valadares pede anistia para o casal Capiberibe

■ Senador protesta contra decisão que cassou mandatos do senador e da deputada Janete Capiberibe

O líder do PSB no Senado, Antonio Carlos Valadares (SE), protestou contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar os mandatos do senador João Capiberibe (PSB-AP) e da deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) por suposta compra de votos na eleição de 2002.

– É preciso corrigir essa injustiça com a concessão de anistia – declarou, afirmando confiar no empenho do Senado para restabelecer o mandato de Capiberibe.

Para Valadares, a punição imposta pelo TSE foi baseada em “provas inconsistentes”. A denúncia contra Capiberibe e sua esposa foi encaminhada originalmente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá pelo diretório local do



**INJUSTIÇA** Segundo Valadares, acusações foram feitas por “adversários derrotados nas urnas, que forjaram provas para ganhar no tapetão”

PMDB, que acusou os candidatos de comprarem os votos de duas eleitoras por R\$ 26 cada. No desenrolar do caso, o TRE do Amapá inocentou o casal e as vítimas do suposto suborno posteriormente negaram a acusação, mas o TSE manteve o voto pela cassação, dado

pelo relator do processo, ministro Carlos Veloso.

– Adversários derrotados nas urnas querem ganhar no tapetão e, para isso, acabam forjando provas – afirmou Valadares.

### Solidariedade

Também prestaram solidariedade ao casal Capiberibe, por meio de nota, os senadores petistas Cristovam Buarque (DF) e Roberto Saturnino (RJ) e o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), também manifestou sua expectativa de que “seja corrigida uma grande injustiça”. Caso a cassação do mandato do senador Capiberibe venha a ser confirmada, deve ser empossado em seu lugar o ex-senador Gilvam Borges.



**DENÚNCIA** Antonio Carlos reafirma acusações de corrupção feitas contra o ministro Humberto Costa

## Antonio Carlos rebate nota do ministro da Saúde

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o ministro da Saúde, Humberto Costa, fez afirmações falsas na nota em que rebateu suas denúncias de malversação de recursos públicos e favorecimento político por parte do ministério. A nota foi lida na terça-feira, em Plenário, pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Antonio Carlos afirmou que os documentos que encaminhou à Mesa demonstram que não foi o Ministério da Saúde que iniciou as inves-

tigações que culminaram na chamada Operação Vampiro, que desbaratou quadrilha que fraudava licitações de hemo-derivados naquela pasta, mas sim o Ministério Público. De acordo com o senador, mesmo tendo recebido denúncia de irregularidades, o ministério preferiu seguir com o processo licitatório.

O senador repetiu que a fita que apresentou em Plenário contém promessas de Humberto Costa de investimentos na rede da saúde caso o seu candidato à prefeitura de Salvador, João Henrique, fosse eleito.

– A minha vida é de vitórias eleitorais ao longo de 50 anos de vida pública sem tirar o sangue de ninguém, porque não sou vampiro – disse Antonio Carlos, afirmando que o ministro, ao contrário, acumula derrotas e ocupa um cargo no governo Luiz Inácio Lula da Silva na cota de derrotados do Partido dos Trabalhadores.

Informando que recebeu do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, o relatório de todos os patrocínios feitos pela empresa, o senador observou que os dados apresentados são “uma demonstração inacreditável da diferença de tratamento entre os municípios”, ao contrário do que foi afirmado pela líder do PT.

## Senado recebe prêmio da Rede Pampa de Comunicação

Cerca de mil convidados prestigiaram a entrega dos troféus aos homenageados com o prêmio O Sul-Nacional e os Livros, promovido pela Rede Pampa de Comunicação e pelo Nacional Supermercados, com apoio da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul e da Câmara Rio-Grandense do Livro. Pelo segundo ano consecutivo, o Senado foi o vencedor na categoria Destaque Nacional. O evento foi realizado na segunda-feira (8), em Porto Alegre.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) representou o Senado na solenidade. Ele recebeu o troféu elaborado pela artista plástica Glorinha Corbetta. O prêmio é um reconhecimento às

personalidades e instituições que obtiveram destaque no desenvolvimento editorial e literário do Rio Grande do Sul em 2004. No ano passado, o Senado esteve representado no evento pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Entre os homenageados deste ano estão os escritores Sérgio Faraco, Cíntia Moscovich, Flávio Tavares, Carlos Urbim e Erica Mylius, o Instituto Goethe e a Casa de Cultura Mário Quintana. Também participaram da solenidade o governador em exercício do Rio Grande do Sul, Antônio Hohlfeldt; o presidente da Assembleia Legislativa, Vieira da Cunha; e o prefeito de Porto Alegre, João Verle.



**HOMENAGEM** Sérgio Zambiasi (ao centro) representou o Senado na solenidade de entrega do prêmio O Sul-Nacional e os Livros, realizada na segunda-feira, em Porto Alegre

## Eduardo critica Ibama por demora na liberação de licença ambiental

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem que a construção da usina hidrelétrica de Estreito, no Tocantins, pode ser inviabilizada em decorrência da demora na liberação de licença ambiental. Segundo ele, a obra, "que não depende de recursos públicos", está três anos atrasada e há o risco de que os investidores, desencorajados, acabem desistindo

da empreitada.

– O investidor não vai querer colocar recursos se uma licença for levar três anos. Não teremos empresários interessados – alertou.

O senador creditou a demora à ação, a seu ver equivocada, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), isentando o presidente do órgão, Marcus Barros, e a ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva. Eduardo lamentou, no entanto, que o governo deixe de incentivar empreendimentos com grande capacidade de gerar empregos.

– O Brasil está fazendo um esforço para novas alternativas de produção de energia – disse, salientando a importância da obra.

Na avaliação de Eduardo, há no governo ministros "desenvolvi-

mentistas" e outros que atentam para a preservação, mas prejudicam iniciativas geradoras de emprego. O parlamentar também criticou o Ibama por fechar um frigorífico em Gurupi (TO). Segundo ele, o motivo foi uma "questão corriqueira", mas as consequências foram graves para o estado. Eduardo recebeu apoio dos senadores César Borges (PFL-BA) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).



**PREJUÍZOS** Atraso pode inviabilizar construção de usina no Tocantins, alerta Eduardo Siqueira Campos



**FALHAS** Pavan critica morosidade no envio de verbas e distribuição desigual de recursos públicos

## Governo prejudica Santa Catarina, afirma Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou em Plenário o governo federal por prejudicar Santa Catarina na repartição do bolo de impostos. De acordo com o parlamentar, o estado é o 7º em arrecadação, mas apenas o 11º no recebimento de recursos federais.

Pavan reclamou também da morosidade no envio das verbas, que causa prejuízos a empresários, desemprego, fome, miséria, crimes, mortes e até a perda da auto-estima dos cidadãos catarinenses. Apesar desses atrasos, lamentou o senador, os aliados do governo vão a público se vangloriar da liberação de dinheiro.

– Todos nós sabemos que muitas coisas só estão acontecendo graças à oposição responsável, que cobra o que é direito dos estados, dos municípios e do país – afirmou.

Ele deu como exemplo a internacionalização do Aeroporto de Navegantes (SC), que só foi aprovada por pressão de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e do governador do estado. Ocorre que, até o momento, o governo federal não tirou a decisão do papel, prejudicando o turismo e os negócios de Santa Catarina.

## Simon aponta "esquema" para esvaziar Congresso

■ Senador comemora aprovação, na CCJ, de seu projeto que visa garantir funcionamento de CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de sua autoria que dá prazo de cinco dias para o presidente do Senado indicar os membros de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), caso as lideranças partidárias não o façam. Atualmente, se os líderes não fazem as indicações, a CPI não é instalada. A matéria, que altera o regimento da Casa, segue para votação em Plenário.

O parlamentar lembrou ter ingressado, juntamente com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o cumprimento da Constituição, que manda serem instaladas todas as CPIs que tiverem o apoio de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**PAPEL** Para Simon, com as CPIs o Congresso realiza sua missão mais importante: investigar e fiscalizar

um terço da composição do Senado ou da Câmara. O mandado foi uma resposta à não instalação da CPI dos Bingos, requerida pelo senador Magno Malta (PL-ES).

Embora tivesse o número de assinaturas necessário, a comissão nunca foi instalada porque os líderes recusaram-se a indicar os integrantes e o presidente José Sarney não quis fazê-lo, argumentando, segundo Simon, que o regimento era omissivo e que ele não iria passar por cima dos líderes.

Simon disse estranhar a demora do STF em votar a matéria, pois o mandado de segurança foi apresentado em 27 de maio.

Ele recordou que, assim como o anterior, o atual governo tenta boicotar as CPIs, para ele um instrumento que viabiliza a mais importante missão do Congresso, que é investigar e fiscalizar.

### Confronto

O senador alertou para o fato de as duas CPIs em funcionamento no Congresso enfrentarem luta interna. Ele acrescentou nunca ter visto algo semelhante em 20 anos no Parlamento. Simon avalia que a Polícia Federal e o Ministério Público estão mais atuantes que nunca em suas investigações, e indaga se não está em curso "um esquema maquiavélico" para esvaziar o Congresso.

O senador agradeceu ao presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), por permitir a votação do projeto ontem. Jefferson Péres, relator da matéria, destacou que a proposta é uma questão de respeito aos direitos da minoria.



**POTENCIAL** Fronteira com rodovia trafegável até Georgetown favorece comércio, observa Mozarildo

## Mozarildo: Roraima pode abastecer a Guiana

No momento em que o governo da Guiana se democratiza e abre seu mercado ao comércio internacional, o estado de Roraima se candidata a ser fornecedor de tudo que aquele país precisar. Discurso nesse sentido foi feito ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). O parlamentar disse que um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta é o descaço com as fronteiras amazônicas, principalmente aquelas com países que têm escassa povoação e que por isso atraem o narcotráfico, o contrabando de minérios e outros ilícitos.

Mozarildo leu carta da Câmara de Comércio Brasil-Guiana relatando que, por fazer fronteira com rodovia trafegável até Georgetown, Roraima é mercado fornecedor natural para a Guiana. Mas, para isso, o documento pede que se desburocratize o comércio.

O senador também leu matéria publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista* afirmando que a fronteira com a Guiana é conhecida pelo tráfico de drogas e pelo contrabando.

– Com o pequeno efetivo policial naquela região, os problemas se agravam – assinalou Mozarildo Cavalcanti.

## Crivella homenageia juiz Siro Darlan

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) homenageou ontem o juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude do Juizado de Menores, Siro Darlan, pela promoção a desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Crivella encaminhou requerimento de voto de aplauso e louvor ao trabalho do juiz nos últimos 22 anos.

– O múnus público da magistratura torna-se ainda mais complexo em um contexto de gritantes disparidades sociais,

em um meio onde o violador da lei, com frequência, é, ao mesmo tempo, algoz e vítima das iniquidades. Separar o joio do trigo, exercer o Direito com firmeza, mas sem perder o olhar humano, é tarefa em que poucos conseguem êxito. Felizmente, esse tem sido o caso do juiz Siro Darlan – afirmou.

Para Crivella, o exemplo profissional de Siro Darlan é resultado de sua consciência sobre a capacidade de transformação social da autoridade.



**APLAUSO** Marcelo Crivella destaca promoção do magistrado a desembargador, no Rio de Janeiro